

A atual aposta dos investidores nas bolsas passa pela oportunidade muito mais do que pela certeza de que a economia deverá em breve deslanchar e voltar a crescer.

É claro que por trás do otimismo dos investidores estrangeiros está a percepção de que o Brasil, a exemplo do que fez a Argentina, acabará acertando sua economia. Afinal, está em via de fechar um acordo com seus credores, o que aumentará, raciocinam, sua capacidade de tomar empréstimos.

Por parte dos investidores internos, também é clara a percepção de que os estados, após acertarem a rolagem de suas dívidas, tiveram sua capacidade de gastar ampliada — uma nova rodada de endividamento não é apenas possível mas é tida como inevitável num ano de eleições municipais. O governo federal, também por pressões políticas, dificilmente resistirá ao impulso de sinalizar uma retomada da atividade econômica. Em março, as tensões provocadas pelo aprofundamento da recessão se refletirão no Congresso, nos políticos que competem com o presidente e, se os negócios piorarem mais, no temor de "estallidos sociais" como os que acompanharam as fases de desemprego e inflação alta por que passaram a Argentina e a Venezuela.

Seria o quadro perfeito para apostar na retomada da economia se o governo não estivesse hoje centrado numa única ferramenta de política econômica. Juros altos apenas não estabilizam a economia, como mostrou a experiência de países que passaram pelos mesmos desafios. Ironicamente, os altos investimentos na bolsa hoje concentram-se nas "blue chips" de um punhado de estatais. Segundo o raciocínio dos operadores, uma aposta baseada na intenção manifestada

(Continua na página 3)

Além de negociar a lei que vai permitir a desestatização dos serviços públicos, o BNDES financiará projetos privados em áreas até então exclusivas do setor público, como energia elétrica, telecomunicações, coleta e tratamento de lixo, transportes urbanos e armazenagem. Entre eles estão a ferrovia da soja e um terminal de abastecimento em Guarulhos.

(Ver página 3)



Pressões para voltar a crescer

por Claudia de Souza
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

por Brasília de manter aumentos das tarifas públicas acima da inflação. Para os analistas, uma medida que compromete o controle da inflação nos próximos meses, devido a seu peso nos índices que medem a inflação passada e nos custos dos bens que serão vendidos no futuro.

Para os analistas que observam o que se passa nos países com problemas similares aos do Brasil, em particular a Argentina, os resultados que costumam ser obtidos com a posição gradualista de que é adepta a equipe de Marcílio Marques Moreira têm vida curta. O presidente Carlos Saúl Menem, em fevereiro de 1990, após ensaiar sem sucesso retomada da atividade econômica, diante da pressão da alta dos preços e da valorização do dólar, tentou o gradualismo, com a recessão que caracterizou a administração do ministro Erman González, entre dezembro de 1989 e janeiro de 1990. Foram vários meses de forte queda de atividade econômica acompanhada de inflação teimosamente ascendente.

Também foram meses de agio quase nulo entre o câmbio paralelo e o oficial e de otimismo nacional com as perspectivas da economia, segundo lembra um dos mais respeitados economistas brasileiros, que já atuou no governo e está hoje na iniciativa privada. Os empresários referiam-se a González como um bom ministro, ao mesmo tempo que suas empresas estavam quebrando, lembra o especialista.

Menem percebeu a necessidade de estabilizar a economia para então voltar a crescer de fato, afirma o analista, quando ficou claro que a recessão sem um plano de estabilização não mostrava resultados e dificilmente lhe possibilitaria colher dividendos políticos no longo prazo. Recorreu então a Domingo Cavallo e sua Fundação Mediterranea, em Córdoba, de onde saiu o corpo de assessores de alto nível que hoje compõem a equipe econômica argentina. As medidas de Cavallo são conhecidas; seu resultado, uma previsão de crescimento do produto nacional de 2 a 3% e uma inflação que Cavallo espera ver, não sem exagerado otimismo, em 7% anuais neste ano.

Falta ao Brasil, concordam os analistas, uma contração fiscal efetiva e não apenas a parcial obtida junto ao Congresso com tantas dificuldades, e quase que anulada pela rolagem da dívida dos estados e municípios, liberando uma nova rodada de endividamento no ano de eleições municipais.

Falta, também, à atual política econômica tocada pela

equipe de Marcílio, uma âncora com que estabilizar a inflação, a exemplo do que ocorreu na Argentina de González. No caso da Argentina, a âncora escolhida por Cavallo foi o câmbio. No Brasil, economistas como o ex-ministro e deputado Delfim Netto pronunciavam-se a favor de ancorar nos salários a economia.

A inflação brasileira sempre foi considerada, a exemplo do que ocorreu com países como Israel e a Argentina, de natureza diversa da inflação experimentada por países avançados. Por isso mesmo, a receita própria para a inflação "de demanda" nesses países sozinha dificilmente poderia surtir efeito aqui. O gradualismo é correto mas, argumentam os economistas chamados de heterodoxos, insuficiente. É necessário um pacto de preços e salários; como fez o México e como advoga o ex-ministro Delfim, ou uma outra âncora, o câmbio — como fez a Argentina —, ou o congelamento de preços (não prolongado e muito menos repetido como ferramenta para sustar a alta de preços), como fez Israel.

Depois de quase dois anos de inflação extremamente alta e recessão muito acentuada, os analistas começam a considerar a inflação brasileira como um fenômeno particular. Fenômeno este difícil de analisar, como provaram as discussões a respeito dela que se fizeram em todo o País ao longo de 1991, quando se falou mais da inflação argentina e muito pouco surgiu como contribuição efetiva para o entendimento da inflação brasileira, que teimou em progredir mesmo com índices inusitados de queda da atividade econômica.

A ausência de novos congelamentos de preço no período mais delicado de aceleração da inflação, como ocorreu em novembro, é elogiada por economistas ortodoxos e heterodoxos. Não são choques que advogam. Existe consenso de que, para efetivamente estabilizar a economia brasileira e criar as condições para evitar que a inflação dispare à primeira retomada de atividade, será preciso prosseguir com a política monetária austera, colocar o setor público sob controle mas, também, encontrar soluções técnicas para sustar a inflação.

Não há, no momento, um corpo de técnicos coeso e tecnicamente apto a colocar um plano de estabilização completo em prática. Mais do que isso o Brasil, ao contrário de seus vizinhos latino-americanos, tem o Congresso e o Poder Judiciário distanciados, depois de dois anos de descrédito público do Poder Executivo. Collor não tem o mesmo poder de Menem sobre o Congresso e o Judiciário.